

2023, Vol. 13, e110064

 <https://doi.org/10.51995/2237-3373.v13i3e110064>

Areninhas e Rede Cuca : Análise da Participação Popular nas Políticas Públicas de Esporte e Lazer na Cidade de Fortaleza/Ceará-Brasil

Areninhas and Rede Cuca: Analysis of Popular Participation in Public Sports and Leisure Policies in the City of Fortaleza/Ceará-Brazil

Areninhas y Rede Cuca: Análisis de la Participación Popular en las Políticas Públicas de Deporte y Ocio en la Ciudad de Fortaleza/Ceará-Brasil

Basílio Rommel Almeida Fechine 

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceara, Brasil e Rede CEDES – bfechine@gmail.com

Andreyson Calixto de Brito 

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceara, Brasil e Rede CEDES – andreysoncalixto@ifce.edu.br

Antônio Ulisses Sousa Júnior 

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceara, Brasil e Rede CEDES – ulissesjunior@ifce.edu.br

Thaylane Bastos Santos Fechine 

Rede CEDES – thaybsantos@gmail.com

Resumo

O estudo teve como objetivo principal analisar a participação popular nas políticas públicas de Esporte e Lazer da cidade de Fortaleza/CE no período de 2018 a 2019. A categorização amostral contou com um quantitativo de 108 pessoas, estratificadas entre gestores (8) e participantes comunitários (100) de projetos sociais nos equipamentos esportivos pertencentes e sob responsabilidade gerencial da Secretaria de Esporte e Lazer (Secel) e Secretaria Municipal da Juventude (SMJ). Os equipamentos investigados foram as Areninhas, sob a responsabilidade da Secel; e os Cucas, sob a responsabilidade da SMJ. A metodologia aplicada teve como parâmetro norteador um estudo de campo, com abordagem dos levantamentos de dados predominantemente quanti-qualitativos, via análises descritiva, exploratória e de observação dos discursos dos gestores; da comunidade; e dos documentos legais. Considerou-se a triangulação das fontes inventariadas, à luz da literatura, mediante interpretação e descrição dos dados coletados, com interpretação estatística das variáveis, tabuladas e analisadas com frequência; análise descritiva, porcentagem, média e o desvio-padrão pelo SPSS 2020. Os resultados encontrados apontam para um equívoco, por parte dos gestores, na interpretação do que é a participação democrática nas decisões dessas pastas municipais e seus equipamentos, o que justifica a necessidade de ações formativas para valorizar e efetivar a participação popular nas áreas de Esporte e Lazer, e definir estratégias de descentralização do poder de decisão, com o intuito de potencializar o sucesso das ações e garantir o atendimento dos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988), que prevê o acesso ao Esporte e Lazer como um direito social. **Palavras-chave:** Participação popular, Esporte, Lazer, Cidade de Fortaleza, Políticas públicas.

Abstract

The main objective of the study was to analyze popular participation in public sports and leisure policies in the city of Fortaleza/CE from 2018 to 2019. The sample categorization had a quantitative of 108 people, stratified between managers (8) and community participants (100) of social projects in sports equipment belonging to and under the managerial responsibility of the Secretariat for Sports and Leisure (Secel) and Municipal Secretariat for Youth (SMJ). The equipment investigated was the Areninhas, under the responsibility of Secel; and the Cucas, under the responsibility of the SMJ. The applied methodology had as a guiding parameter a field study, with a predominantly quantitative-qualitative data collection approach, via descriptive, exploratory and observation analysis of the managers' speeches; of the community; and legal



documents. The triangulation of inventoried sources was considered, in the light of the literature, through the interpretation and description of the collected data, with statistical interpretation of the variables, tabulated and analyzed frequently; descriptive analysis, percentage, mean and standard deviation by SPSS 2020. The results found point to a mistake, on the part of managers, in the interpretation of what democratic participation is in the decisions of these municipal departments and their equipment, which justifies the need of training actions to value and implement popular participation in the areas of Sport and Leisure, and define strategies for decentralizing decision-making power, with the aim of enhancing the success of actions and guaranteeing compliance with the precepts of the Constitution of the Federative Republic of Brazil (Brasil, 1988), which provides for access to Sport and Leisure as a social right..

Keywords: Popular participation, Sport, Leisure, City of Fortaleza, Public policies.

Resumen

El objetivo principal del estudio fue analizar la participación popular en las políticas públicas de deporte y ocio en la ciudad de Fortaleza/CE de 2018 a 2019. La categorización de la muestra tuvo un cuantitativo de 108 personas, estratificadas entre gestores (8) y participantes de la comunidad (100) de proyectos sociales en equipamientos deportivos pertenecientes y bajo la responsabilidad gerencial de la Secretaría de Deportes y Recreación (Secel) y la Secretaría Municipal de la Juventud (SMJ). El equipo investigado fue el Areninhas, a cargo de la Secel; y las Cucas, bajo la responsabilidad de la SMJ. La metodología aplicada tuvo como parámetro rector un estudio de campo, con un enfoque de recolección de datos predominantemente cuantitativo-cualitativo, a través del análisis descriptivo, exploratorio y de observación de los discursos de los gerentes; de la comunidad; y documentos legales. Se consideró la triangulación de las fuentes inventariadas, a la luz de la literatura, a través de la interpretación y descripción de los datos recolectados, con interpretación estadística de las variables, tabuladas y analizadas con frecuencia; análisis descriptivo, porcentaje, media y desviación estándar por SPSS 2020. Los resultados encontrados apuntan a un error, por parte de los directivos, en la interpretación de lo que es la participación democrática en las decisiones de estas secretarías municipales y sus equipos, lo que justifica la necesidad de acciones formativas para valorar e implementar la participación popular en las áreas de Deporte y Esparcimiento, y definir estrategias para descentralizar el poder de decisión, con el objetivo de potenciar el éxito de las acciones y garantizar el cumplimiento de los preceptos de la Constitución de la República Federativa de Brasil (Brasil, 1988), que prevé el acceso al Deporte y al Ocio como un derecho social.

Palabras Clave: Participación popular, Deporte, Ocio, Ciudad de Fortaleza, Políticas públicas

Introdução

A Constituição da República Federativa do Brasil (CF) (BRASIL, 1988) estabelece novas possibilidades de participação da sociedade civil, em espaços formais das políticas públicas, que poderão acontecer direta, ou indiretamente, e devem ajudar na construção das ações de governança ao permitir indicar; opinar; discutir, e decidir sobre como e quais políticas públicas poderão ser desenvolvidas pela sociedade, em conjunto com os grupos políticos que legislam e executam os projetos de desenvolvimento nacional.

Essa mesma CF é considerada um marco regulatório histórico, na democracia participativa do Brasil, pois mobilizou heterogêneos setores da sociedade na construção dos fundamentos para uma participação popular que reunisse, no cenário público nacional, atores de diversas áreas e segmentos sociais. Dentre esses segmentos, destacam-se os de Esporte e o Lazer, temas centrais deste estudo.

Para Moreira Neto (1997, p. 13) a participação política é definida como:

[...] um fenômeno do poder, ou seja, uma manifestação de poder que atua sobre outra. Assim é que existe participação no sentido juspolítico sempre que seja reconhecida pela ordem jurídica a possibilidade de atuação, mais ou menos formal, de indivíduos ou de grupos (poder individual ou grupal), na ação do Estado (poder estatal).

E como o Estado tem diversificadas as suas funções, encontrar-se-á, correspondentemente, em relação a cada uma delas, urna modalidade genérica de participação: legislativa, judiciária e administrativa, comportando falar-se também

participação, relativamente aos órgãos que desempenham funções públicas essenciais a justiça (capítulo IV, Título IV da Constituição Federal).

De acordo com a Seção III, do Capítulo III, da CF/1988 (BRASIL, 1988), especificamente no Art. 217, consta que :

É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;

IV – a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

A CF/1988 trouxe novos horizontes para o exercício do Esporte e Lazer, mas também desafios. Estabeleceu e garantiu como dever do estado o fomento de ações para a população, traduzindo como direitos sociais o acesso ao Esporte e Lazer. Como direitos sociais, a real participação da sociedade nas arenas decisórias que versam sobre a construção de políticas públicas democráticas que cheguem, principalmente, nas esferas municipais, ambiente aqui a ser investigado, pois, conforme afirma Bordenave (1994, p. 20):

A participação já não tem o caráter ‘consumista’ atribuída pela teoria da marginalidade, mas de um processo coletivo, transformador, às vezes contestatório, no qual setores marginalizados se incorporam à vida social por direito próprio e não como convidados de pedra, conquistando uma presença ativa e decisória nos processos de produção, distribuição, consumo, vida política e criação cultural (grifo no original).

Para Bordenave (1994), a impossibilidade de participação e a falta de organização civil retratam a própria marginalização, reduzindo a população a situar-se às margens das decisões, sem poder de luta.

De acordo com a Organização Político-Administrativa (Art. 18 da CF/1988):

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988).

Outrossim, por meio da Lei Orgânica Municipal (LOM), os municípios devem ter suas políticas públicas locais alicerçadas pela CF/1988, com autonomia para direcionar suas ações de organização político-administrativa.

Para Carvalho (2002), os direitos sociais da sociedade civil devem existir e ser garantidos com uma ação coletiva oriunda de políticas públicas democráticas e participativas.

Embora a CF/1988 tenha se efetivado como marco regulatório na aproximação da sociedade dos espaços públicos de decisão, refletidas pela participação democrática e pelo controle social, as LOMs confrontam-se com realidades desafiadoras e, muitas vezes, sem sucesso para a sociedade civil. Ambientes hostis, tensos e conflituosos marcam o modelo político de muitas gestões municipais ainda centradas em um estilo tradicional e oligárquico de gerenciar os processos políticos (Santos, 2005).

Para Torre (2001), as esferas municipais são o ambiente da administração pública mais propício a compreender as reais necessidades do cidadão, pois localiza-se mais próximo da



sociedade civil, nessa hierarquia que antecede a administração estadual e a federal, facilitando o acesso aos bens públicos, e às políticas que porventura traduzam a necessidade daquela comunidade pela proximidade local; conferindo acesso rápido a uma consistente participação popular; e à democracia participativa.

Januário (2011) reverbera que se faz necessário uma simbiose, um envolvimento ativo, participativo e comprometido da sociedade civil e do associativismo local com as decisões e ações políticas definidas pela administração municipal no desenvolvimento e regulação dos projetos destinados às práticas de Esporte e Lazer da região.

Uma articulação exitosa entre o gestor público e as vozes comunitárias, que anseiam por ações e projetos públicos centrados em necessidades locais, pode indicar uma sensação de justiça social e pertencimento comunitário e fazer toda a diferença para o alcance do sucesso administrativo daquele governo, daquela gestão, daquela política pública (Rodrigues, 2015).

Por serem, o Esporte e o Lazer, direitos sociais assegurados à população e previstos na CF/1988, a sua garantia deve ser alicerçada pela participação popular no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para essa área, com o propósito de potencializar o sucesso no atendimento à CF, e, em específico, às LOMs.

Dessa maneira, a partir do exposto e das reflexões levantadas sobre as políticas públicas de Esporte e Lazer; a legislação brasileira; e a participação popular, é que se justificou esta investigação, cujo principal objetivo verificar a prática da Participação Popular nas políticas públicas de Esporte e Lazer da cidade de Fortaleza, condicionadas a elementos pedagógicos de compreensão administrativa quanto à Participação Democrática: Decisões estratégicas dos gestores; locais de construção dos equipamentos esportivos; programas de Esporte e Lazer e instrumentos de Participação Popular. No período de 2018 a 2019, que antecedeu a pandemia, conhecido globalmente como pré-pandêmico da Sars Covid-19.

Para tal, analisamos a participação popular conjunta em duas políticas públicas oriundas do Município de Fortaleza, uma conhecida como Areninhas, que englobam campos de futebol requalificados, sob a égide administrativa da Secretaria de Esporte e Lazer (Secel); e a outra, intitulada de Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Cuca), sob a responsabilidade da Secretaria Municipal da Juventude (SMJ).

A administração pública do Esporte e Lazer, da cidade de Fortaleza, é realizada em conjunto com a Secel, responsável por ações, projetos, práticas desportivas/lazer e manutenção dos equipamentos ramificados, com auxílio das Secretarias Regionais Administrativas (SERs): I, II, III, IV, V, VI e Secretaria Executiva Regional (Sercefor) (Fortaleza, 2016a). Segundo a Prefeitura do Município de Fortaleza (2023):

A Secretaria do Esporte e Lazer (Secel) é responsável pela organização e realização de ações e atividades esportivas e de lazer. Tem como dever formular e executar a política municipal de esportes, coordenando, supervisionando e incentivando atividades físicas, desportivas e recreativas como instrumento de inclusão social e promoção do bem-estar físico e psicológico à população.

A SMJ é responsável por desenvolver e coordenar políticas públicas voltadas para jovens, como forma de garantir direitos e construir cidadania. No período de 2018 a 2019, a SMJ era ainda intitulada como Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude (Cejuv), uma unidade específica da Prefeitura de Fortaleza, criada em 2007, com a responsabilidade de desenvolver e coordenar políticas públicas via projetos sociais destinados a jovens de 15 a 29 anos, com a intenção de garantir direitos e cidadania aos participantes (Fechine; Fechine; Júnior, 2022).

Em específico, as Areninhas, administradas pela Secel, são equipamentos catalogados, que se constituem como campos de futebol urbanizados e requalificados pela Prefeitura de Fortaleza e localizados em bairros com alto índice de vulnerabilidade social e baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), conforme se observa na figura 1, a Areninha do Campo do América, fundada em 2014, é a primeira unidade de Fortaleza e equipamento-piloto marco para a construção dos demais.

Figura 1 - Areninha do Campo do América



Fonte: Fortaleza (2017).

Cada Areninha contém gramado sintético; bancos de reserva; arquibancadas; redes de proteção; alambrados; vestiários; depósito para materiais esportivos; iluminação; paisagismo; pavimentação; e rampa de acesso para cadeirantes. Além do campo de futebol, as novas Areninhas contam com parque infantil e academia ao ar livre (Fortaleza, 2019). Atualmente, na cidade, há 103 areninhas (Ceará, 2022) e, sob a responsabilidade da Secel, constam 22 Areninhas (Fortaleza, 2023).

A SMJ administra o equipamento/projeto Rede Cuca, instalação esportiva e cultural vinculada a um projeto do mesmo nome, organizado e desenvolvido nas áreas da cultura; arte; das Ciências; e do Esporte e Lazer. O Instituto Cuca é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, de interesse coletivo e caracteres eminentemente organizacional; assistencial; esportivo; recreativo; educacional; e cultural, sem cunho político, ou partidário.

As unidades estão distribuídas em cinco bairros de Fortaleza: Jangurussu; Barra do Ceará; Mondubim; José Walter; e Pici (a ser inaugurado) (Cuca, 2023). Dotados de infraestrutura composta por ginásio; área de convivência; anfiteatro; pista de esportes radicais; espaço *cross fit*/funcional; piscina semiolímpica; campo de futebol de areia/vôlei de praia; cineteatro; cineclube; salas de aula; laboratórios; sala espelhada para dança (Fechine; Fechine; Júnior, 2022). Conforme se observa, na figura 2, consta o Cuca Barra, o mais antigo dentre os citados.

Figura 2 – Cuca Barra do Ceará



Fonte: Fortaleza (2013).



Métodos

Tipo de pesquisa

Para proporcionar unidade metodológica na exploração dos dados coletados, foi realizada uma pesquisa exploratória de campo, com levantamento quanti-qualitativo de dados, via análises descritiva, exploratória e de observação dos discursos dos gestores; da comunidade; e dos documentos legais; e de visita aos equipamentos e entes administrativos, tendo como marco a catalogação e configuração das informações, conjugadas a procedimentos de interpretação à luz das Ciências Sociais.

Nessa busca, foram associados padrões legais e ideias observadas e relatadas, com a intenção de descrevê-las como contributo ao acesso à informação, seja para a comunidade que usufrui dos equipamentos, seja para os acadêmicos, que estudam a gestão do desporto, da cultura e do lazer, ou para gestores atuais e futuros.

O estudo descritivo tem como objetivo observar; descrever; explorar; classificar; catalogar; e interpretar os fatos acontecidos, com sua frequência e características (Dyniewicz, 2009). A pesquisa qualitativa, em sua ação indagativa, move-se de maneira dinâmica, em ambos os sentidos: entre os fatos e sua interpretação, e é um processo mais “circular”, no qual a sequência nem sempre é a mesma, pois varia de acordo com cada estudo específico (Sampieri; Collado; Lucio, 2013).

Caracterização da amostra

A categorização amostral (total) partiu do setor público municipal de Fortaleza, respectivamente, de gestores; e da comunidade participante das práticas/projetos de esporte e lazer nos equipamentos esportivos efetivados pelas e sob a responsabilidade gerencial da Secel e SMJ (antiga Cejuv), no período de 2018 a 2019, conforme explicitado na tabela 1.

Tabela 1 – Amostragem do estudo

Gênero	População	Gestores
Masculino	53	8
Feminino	47	-
Total	100	8

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme observado, o público amostral do estudo foi constituído de cem pessoas usuárias de equipamentos de Esporte e Lazer selecionadas aleatoriamente; e oito gestores, respectivamente distribuídos como: dois secretários e dois assessores da Secel; um secretário da SMJ; e três gestores dos Cucas (Mondubim, Jangurussu e Barra do Ceará), que participaram da condução das políticas públicas voltadas ao Esporte e Lazer, no período de 2018 a 2019, nas respectivas estruturas municipais.

Coleta de dados e instrumentos

Foi utilizada, como instrumento de coleta de dados, uma entrevista semiestruturada (perguntas guiadas), desenvolvido durante visitas a campo. Assim, como análise de documentos legais fornecidos pelas próprias instituições.

Os equipamentos visitados para a coleta de dados da comunidade foram:

1. Areninhas (Secel): Vila Betânia, José Walter, Conjunto Ceará e Campo do América;
2. Cucas (SMJ): Jangurussu, Mondubim e Barra do Ceará.

Análise os dados

Para a análise interpretativa dos dados, considerou-se um recorte transversal, com uma análise descritiva, com utilização de frequência, porcentagem, média e o desvio-padrão pelo Programa SPSS 2020.

Aspectos éticos

Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), contendo a explicação completa e detalhada sobre a natureza da pesquisa, de acordo com a Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Resultados e Discussão

A descrição dos resultados foi realizada em tópicos, de acordo com as variáveis analisadas, para possibilitar a melhor compreensão sobre:

- Estratificação das comunidades participantes dos equipamentos quanto ao gênero;
- Participação popular nas decisões estratégicas dos gestores;
- Participação popular nas decisões sobre equipamentos esportivos (local);
- Participação popular nas decisões sobre programas de Esporte e Lazer;
- Instrumentos de participação popular.

Estratificação das comunidades participantes dos equipamentos quanto ao gênero

Seguem descrita, na tabela 2, a categorização estratificada do gênero das comunidades catalogadas e que participam dos projetos de esporte da Secel e SMJ, divididos, respectivamente, entre os equipamentos Areninhas e Cucas.

Tabela 2 – Distribuição do gênero quanto aos equipamentos

Gênero	Areninhas	CUCAS
Masculino	30	23
Feminino	22	25
Total (n)	52	48

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se a prevalência do gênero masculino (n. 30 = 57,69%), nos equipamentos Areninhas. Em contrapartida, na Rede Cuca, o gênero feminino sobressaiu-se (n. 25 = 52,08%).

Provavelmente, essa maior distribuição do gênero masculino, nas Areninhas, deve-se ao carro chefe dos projetos existentes nesse equipamento ser o futebol.

Retrata-se que adeptas femininas da prática futebolística ainda sofrem, no Brasil, um processo discriminatório de exclusão. Muitas sequer tem a oportunidade de vivenciar essa prática sem olhares contrários/discordantes do gênero oposto e/ou até de familiares.

Conforme aponta a nota 11, de Filho e Maciel (2020, p. 9 *apud* Pisani, 2012, p. 84) sobre o estudo etnográfico fragmentado sobre o futebol não profissional praticado na Areninha do bairro Pirambu, em Fortaleza:

Na Areninha Pirambu não há nenhum time de subúrbio formado por mulheres. Nas minhas idas a campo observo as mulheres na função de torcedoras. O futebol de subúrbio dentro da Areninha Pirambu é uma prática masculina. "É raro que uma criança, do sexo feminino, seja incentivada a jogar ou que ganhe presentes relacionados ao futebol - como uma bola, uma chuteira ou meias - quando muito, a garota ganha uma camiseta para fazer parte da torcida do time".

Em oposto às Areninhas, os Cucas, pela diversidade das práticas esportivas existentes, conforme apontam Fechine, Fechine e Júnior (2022, p. 22), são equipamentos que se configuram como de extrema importância para a inclusão/reintegração do indivíduo à sociedade, pois são geradores de conhecimento e modificadores sociais.



Pela diversidade das práticas existentes estarem distribuídas em 23 esportes, conforme aponta : *badminton, skate, futsal*, futebol de areia, voleibol, vôlei de praia, handebol, pilates, treinamento funcional, massagem desportiva, judô, karatê, basquete, natação, *triathlon*, hidroginástica, *muay thai*, MMA, capoeira, jiu-jitsu, nado sincronizado, *surf* e *beach hand*.

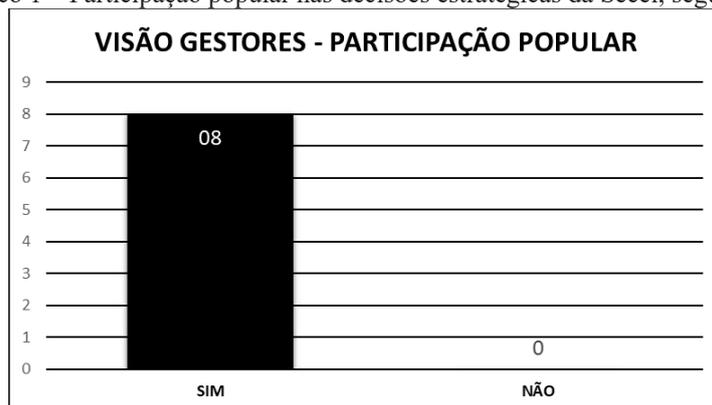
Para Cunha (2007), os equipamentos desportivos e de lazer assumem um espaço próprio e de influência, dentro da cidade, pela função e utilidade que a comunidade a ele confere.

Nos tópicos adiante, os dados analisados serão apresentados em dois momentos. No primeiro, será abordada a visão dos gestores segundo as variáveis de perguntas apresentadas e, no segundo momento, contempla-se a distribuição conjunta das variáveis respondidas pela comunidade. Assim, são estabelecidos contrapontos de informação entre gestores e comunidades sobre o mesmo assunto que versa o estudo, ou seja, a participação popular.

Participação popular nas decisões estratégicas da gestão

A formulação estratégica das decisões das pastas governamentais possui profunda relação com os modelos de administração (societal, gerencial, patrimonialista e burocrático) e das políticas de relacionamentos com a comunidade, e essa simbiose é fator crítico para o sucesso das políticas públicas. Os resultados encontrados durante o tratamento dos dados serão apresentados por tópicos, para facilitar a compreensão. Em cada assunto, serão expostas as informações advindas dos gestores e, em seguida, as que foram coletadas com a população. No gráfico 1, estão representadas as respostas dos gestores sobre a participação popular nas decisões estratégicas de suas ações.

Gráfico 1 – Participação popular nas decisões estratégicas da Secel, segundo os gestores



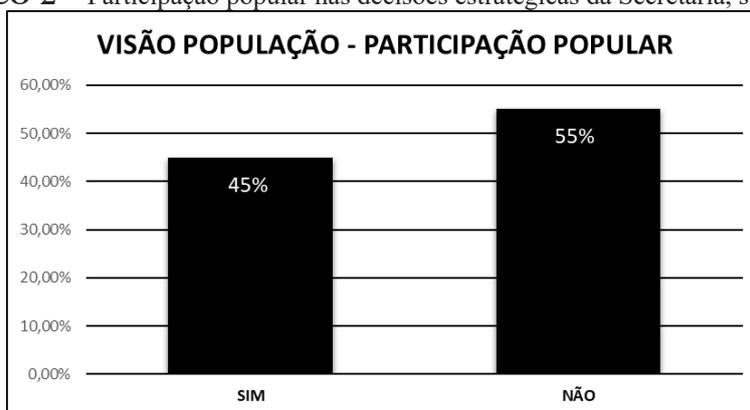
Fonte: Dados da pesquisa.

Todos os gestores entrevistados responderam que existe participação popular nas decisões estratégicas da Secel e SMJ (e seus respectivos equipamentos: Areninhas e Cucas); sete indicaram que essa participação é concretizada por meio dos Conselhos Gestores Comunitários, em específico, com quatro criados durante a efetivação das Areninhas, em 2014, uma das principais políticas de Esporte e Lazer implantadas na gestão do prefeito Roberto Claudio. Outros quatro gestores, em específico a SMJ/Rede Cuca (Políticas de Esporte, Lazer, Cultura e Formação Cidadã implantada na gestão da prefeita anterior, Luizianne Lins), indicaram a participação por Conselhos Consultivos/Diretivos.

Além desses mecanismos mencionados, os gestores, tanto das Areninhas quanto dos Cucas, citaram também outros instrumentos, como as redes sociais (Facebook e Instagram); audiência pública; fóruns, etc. Essas informações serão detalhadas no último tópico desta discussão.

Percebem-se divergências, quando comparadas as falas dos gestores (gráfico 1) com as expostas pela população consultada, sobre sua participação nas decisões da Secretaria, apresentadas no gráfico 2.

GRÁFICO 2 – Participação popular nas decisões estratégicas da Secretaria, segundo a população



Fonte: Dados da pesquisa.

Ao serem questionados se concordam que há participação popular nas decisões da prefeitura, 55% dos entrevistados responderam que não concordam e 45% disseram que concordam. Esse resultado aponta para uma dissonância entre o discurso dos gestores, que foram unânimes em afirmar que existe participação popular, e a resposta da população, que, em sua maioria, discorda de que haja participação nas decisões.

Contudo, quando estratificados os dados separadamente, entre Cuca e Areninhas, a visualização se torna mais nítida. A Rede Cuca apresentou (n. 32 = 71,11%) maior percentual de afirmação positivas (sim) quanto à participação popular, enquanto nas Areninhas há mais afirmações contrárias (não) à participação (n. 39 = 70,91%) nas decisões representativas da comunidade junto as decisões estratégicas da gestão.

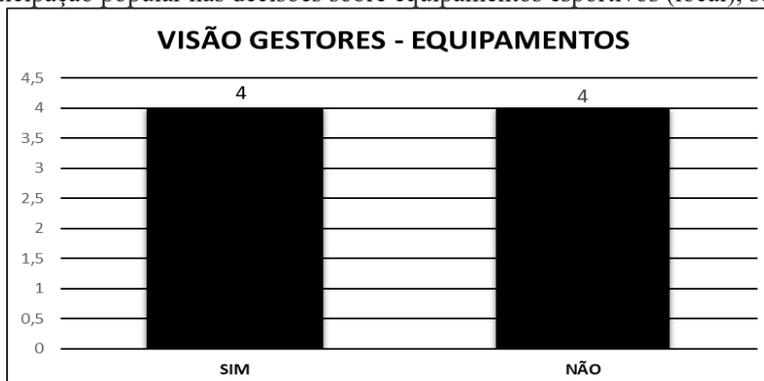
Os resultados obtidos quanto às decisões estratégicas da Secretaria, na escuta da comunidade e adequação para com as tomadas de decisões mais participativas, apontam para a necessidade de maior esforço administrativo dos gestores em garantir a participação popular nas decisões da Secretaria. Corroborando a essa constatação, muitos são os estudos que apontam, como uma prática social benéfica para as políticas públicas, a parceria entre comunidade e gestão, pois reflete-se no sucesso das ações desenvolvidas e no empoderamento da população.

Decisões sobre equipamentos esportivos (local de construção)

A comunidade deve possuir livre acesso aos equipamentos esportivos, cabendo ao poder público empreender políticas públicas que visem adaptações, melhorias, manutenções e até novas construções. Tudo isso alicerçado numa relação profunda com a sociedade que dela usufrui.

Neste tópico, são apresentados os resultados mais diretos, que versam sobre equipamentos e locais de construção, na tentativa de entender se existe e como se dá o processo de influência da participação popular sobre gestores. No gráfico 3, está exposta essa relação.

Gráfico 3 – Participação popular nas decisões sobre equipamentos esportivos (local), segundo os gestores





Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados estratificados separadamente, entre a Rede Cuca e as Areninhas, apresentam similaridades. Ambas apresentaram metade dos seus gestores (n. 2 = 50%) com afirmação positiva sobre a influência popular na construção dos equipamentos, e a outra metade negando haver tal relação (n. 2 = 50%). Coube aos gestores da Rede Cuca a informação de que as decisões de construção são balizadas por elementos técnicos.

Segundo Fechine e Júnior (2020), a localização e construção dos Cucas são estrategicamente planejadas e executadas pela gestão, pois se situa em bairros com extrema pobreza e alto índice de vulnerabilidade social. Conforme a distribuição espacial da pobreza, em termos absolutos, constata-se que os bairros que sediam os Cucas, respectivamente Jangurussu (5.511 pessoas), Barra do Ceará (4.808 pessoas) e Mundubim (4.521 pessoas), ocupam, respectivamente, a 2^a, 5^a e 6^a colocações no *ranking* de vulnerabilidade social, que é o requisito técnico de escolha para a construção dos equipamentos.

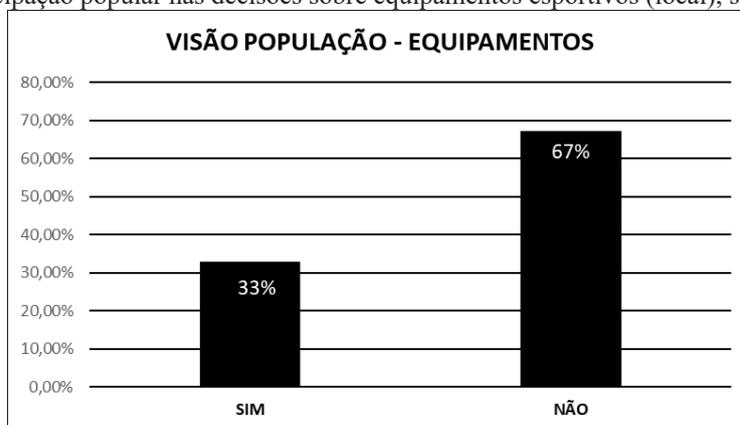
Embora não mencionados pelos gestores da Secel/Areninhas, consta na organização da Prefeitura de Fortaleza e nos documentos legais:

Segundo dados da gestão, sua localização é estrategicamente pensada, pois se situa em bairros com extrema pobreza e alto índice de vulnerabilidade social, com vistas a modificar essa condição com a promoção e melhoria da qualidade de vida oriunda de práticas desportivas e culturais, com formação visando a uma juventude empreendedora, protagonista e consciente (Fechine; Fechine; Júnior, 2022, p. 26).

Conforme apontam Almeida e Gutierrez (2011), se faz necessário, para além de favorecer apenas a construção de estádios de futebol ou quadras, a de espaços desportivos que sejam realmente multifuncionais, livres para que a comunidade possa praticar e não apenas situar-se como mero espectador passivo, pois o lazer associa-se ao bem-estar social e à qualidade de vida.

No gráfico 4 aponta-se o ponto de vista da população relativo à participação popular nas decisões sobre o local de construção dos equipamentos esportivos.

Gráfico 4 – Participação popular nas decisões sobre equipamentos esportivos (local), segundo a população



Fonte: Dados da pesquisa.

As respostas avaliadas pela população, ao mesmo tempo, coadunam e se opõem às respostas dos gestores, indicando que 67% discorda (33% concordam) que há consulta popular para decidir onde os referidos equipamentos esportivos devem ser construídos.

Quando estratificados os dados por equipamentos, obtivemos respostas afirmativas assim distribuídas: Cuca, n. 20 = 60,61%; e Areninhas, n. 13 = 39,39%. No oposto, obtivemos as respostas negativas distribuídas com: Areninhas, n. 39 = 58,21%; e Cuca, n. 28 = 41,79%.

Ambas as populações desconhecem que a construção desses equipamentos, como comentado, é balizada por determinações técnicas, que consideram o IDH e a vulnerabilidade social como elementos preditores para a tomada de decisões político-administrativas.

Todavia, tendo o IDH e a diminuição da vulnerabilidade social como pré-requisitos técnicos, o Esporte e o Lazer em si possuem, como elemento central, a capacidade de transcender como meio lúdico de superar esses desafios sociais pois, como relata Sarmiento (2009), o esporte imita a vida

em comunidade, pela relação que tem na capacidade de corporificar e reunir variáveis que representam possibilidades de consolidação e integração social, tendo, no convívio com regras; no trabalho voluntário; na cooperação; na superação do *status quo*, a ascensão social, a melhora da saúde e qualidade de vida de seus integrantes.

Como afirma Cunha (2007), os equipamentos esportivos são espaços próprios de influência, dentro da cidade, pela função e utilidade que a comunidade a eles confere, com o objetivo social de usufruir de um local específico de práticas esportivas diversas.

Para Kocian e Licere (2016), a implantação de determinado equipamento público de lazer deve trazer consigo, efetivamente, o atendimento às necessidades da população, dando, para tal ação, um real significado comunitário, pois não é raro identificar “elefantes brancos”, equipamentos custosos quanto à manutenção, sem funcionalidade e sem utilização, e desprovidos de objetivos sociais.

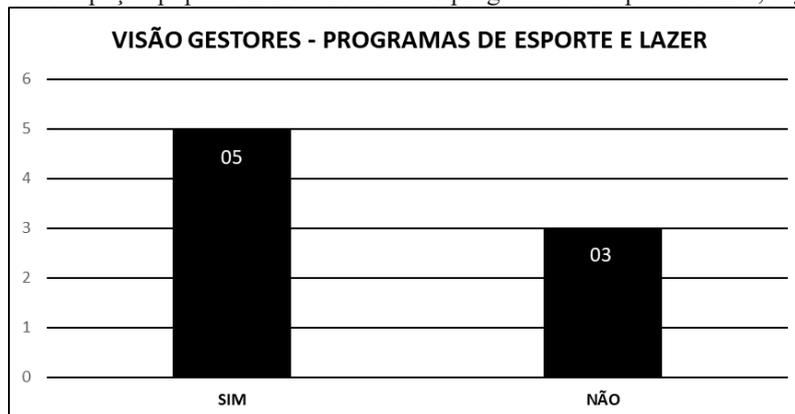
Percebe-se, assim, a importância da construção e consolidação de espaços e equipamentos públicos de Esporte e Lazer que atendam às necessidades das pessoas, sobretudo ao democratizar as decisões para aqueles que têm menos opções de acesso a esses lugares.

Fica nítido que as instalações das Areninhas e Rede Cuca são de extrema importância para a inclusão/reintegração do indivíduo à sociedade, pois são geradoras de conhecimento e modificadores sociais. Cabe ao poder público, portanto, associar as aspirações e necessidades das comunidades locais ao objetivo social do empreendimento traduzido pela política pública em questão. Dessa maneira, no próximo tópico, serão investigados os projetos/programas de Esporte e Lazer oferecidos e tendo como suporte a participação popular na sua formulação.

Decisões sobre os programas de esporte e lazer

Neste tópico, serão apresentados e discutidos os resultados da participação popular na definição dos programas que atenderão às comunidades, numa tentativa de entender se existe e como se dá o processo de construção dos programas e projetos sociais de Esporte e Lazer para a população fortalezense nos respectivos equipamentos Areninhas e Cucas. No gráfico 5, é apresentada a visão do gestor quanto à participação popular nas decisões sobre os programas de Esporte e Lazer, desenvolvidos nas comunidades.

GRÁFICO 5 - Participação popular nas decisões sobre programas de esporte e lazer, segundo os gestores



Fonte: Dados da Pesquisa.

Quando questionados se a população é consultada para decidir sobre quais programas de Esporte e Lazer devem funcionar em seus respectivos equipamentos comunitários, cinco dos oito gestores afirmaram que sim, enquanto três gestores afirmaram que não.

Os dados estratificados separadamente, entre Cuca e Areninhas, apontaram para a Rede Cuca com afirmações positivas (sim) com n. 3 = 60%; e Areninhas com n. 2 = 40%. Em contrapartida, os relatos de não participação popular nas tomadas de decisão da gestão nos programas de Esporte e Lazer desenvolvidos nos respectivos equipamentos, seguiu com Areninhas n. 2 = 66,67% e Cuca com n. 1 = 33,33%.



Percebe-se maior participação popular das comunidades da Rede Cuca nas direções e tomadas de decisão sobre quantos e quais projetos deverão ser realizados, ou implantados, para que se faça valer a real relação entre necessidade local e objetivos propostos pela política pública municipal.

Segundo Fechine, Fechine e Júnior (2022), as instalações desportivas e culturais do Cuca são de extrema importância para a inclusão/reintegração do indivíduo à sociedade, abrangendo o espectro do Esporte e Lazer; abraçando também áreas correlatas da arte e cultura, tão importantes para integrar o cidadão à sociedade e evidenciadas diretamente em 15 áreas do saber: dramaturgia; dança; canto; música (instrumentação); fotografia; cinema; língua inglesa; língua portuguesa; Língua Brasileira de Sinais (Libras); informática; *games*; recursos humanos; jornalismo; técnica corporal; moda. Essas áreas ramificam-se em cursos diversos, multiplicando e aumentando o grau de abrangência das modalidades ofertadas.

Já as Areninhas, pela monocultura do futebol identificada, as limitações de participação esbarram também em limitações estruturais e de projetos metodológicos mais amplos que diversifiquem as práticas, como atletismo, rúgbi ou handebol de campo adaptado; e/ou até mesmo projetos funcionais ao ar livre, com exercícios adaptativos, lúdicos e integradores, em diversas faixas etárias e diversificados gêneros.

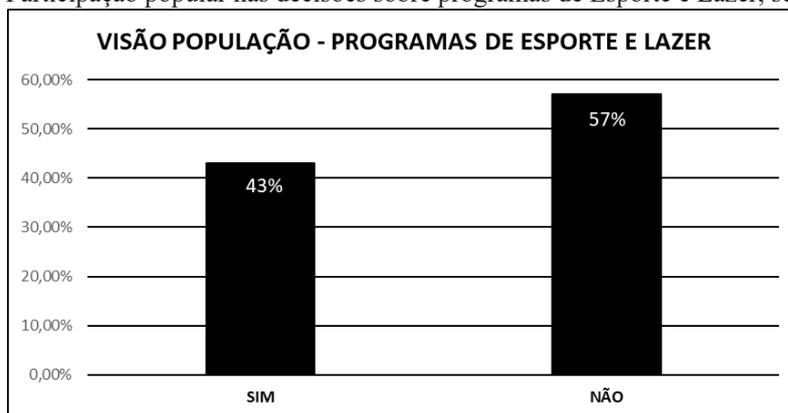
Conforme aponta Fechine, Fechine e Júnior (2022, p. 19), os projetos de Esporte e Lazer desenvolvidos nas Areninhas:

[...] o grupo etário de 8 a 29 anos, para os praticantes dos projetos da Areninha, compreende, segundo dados indicados pelos gestores e documentos oficiais, participantes heterogêneos de ambos os sexos, em grupos de crianças, jovens, adolescentes e adultos, na prática da monocultura do futebol.

Por outro lado, não encontramos, no discurso dos atores da gestão, ações que garantissem a participação popular nas decisões de implantação desses programas e isso reverbera nas respostas da população entrevistada, como apontado a seguir.

No gráfico 6, está representado o ponto de vista das pessoas quanto à participação popular nas decisões sobre os programas de Esporte e Lazer, desenvolvidos nas comunidades.

GRÁFICO 6 – Participação popular nas decisões sobre programas de Esporte e Lazer, segundo a população



Fonte: Dados da pesquisa.

Quando indagados se concordam com a existência da participação popular nas decisões relativas aos projetos e programas desenvolvidos nas Areninhas e Cucas, 57% dos entrevistados indicaram a não existência de participação e 43% corroboraram com a existência de escuta popular.

A maioria da comunidade investigada aponta para uma dissonância entre o discurso dos gestores e a real participação nas decisões. Contudo, quando estratificados os dados separadamente entre Cuca e Areninhas, a catalogação apontou para a Rede Cuca (n. 30 = 69,77%) com maior incidência percentual de afirmações de participação popular nos projetos e programas desenvolvidos no seu equipamento, quando comparados às Areninhas (n. 13 = 30,23%). As Areninhas apresentaram, por sua vez, maior percentual (n. 39 = 58,21%) de não existência de

participação popular nas decisões relativas às ações metodológicas desenvolvidas nos seu espaço público.

Longe de justificar as ações encontradas nos dados apontados nas Areninhas, quanto à participação popular e monocultura existente relacionada à prática do futebol. É justificável entender que a essência desses equipamentos é serem uma construção histórica, pois suas origens estão interligadas aos elementos biográficos das tradições outrora vivenciadas nos bairros e que foram reestruturadas, conforme a vocação existente na região.

Campos sem estrutura são, hoje, areninhas, fortificadas pelas relações do tempo, das tradições e do espaço comunitário. Caminhar contrário a esses elementos etnográficos, pode ser um mero caminhar sem razão, na contramão. O que não implica, aos poucos e com projetos integrativos, interagir outros elementos da comunidade a práticas outras, diferentes do futebol e com maior diversidade de gênero e idades.

Legitimando essa reflexão, Da Costa (2005) infere que as práticas esportivas de determinada região têm, em seus equipamentos, um elemento aglutinador e organizador, referendando-os.

Para Cunha (2003) e Cunha (2007), os comportamentos sociais relativos a determinadas modalidades esportivas resultam da tradição e de costumes de um povo, sua comunidade, e devem ser alicerçadas por políticas públicas que as legitimem.

Tanto para o desenvolvimentos de programas de lazer, quanto para a construção de novos espaços públicos, a participação popular assume destaque estratégico na tomada de decisões gerenciais, avocando que relações de comunicações intersetoriais bem arquitetadas otimizam novos empreendimentos, auxiliando no desenvolvimentos de ações (Kocian; Licere, 2016).

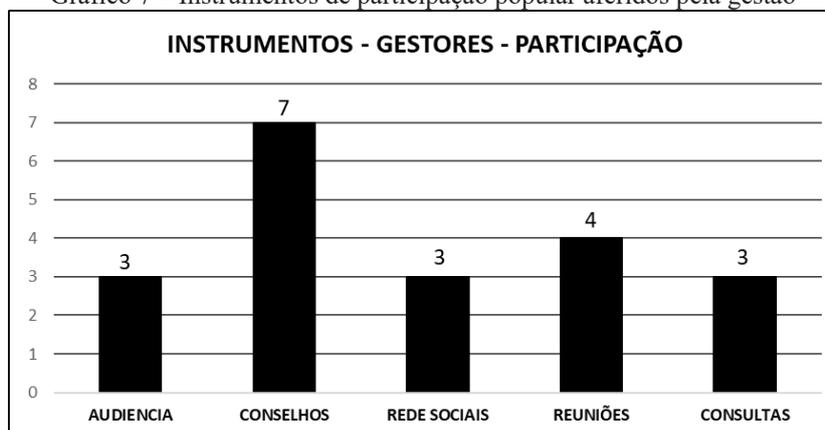
Verificamos que as Areninhas oferecem programas de Esporte e Lazer direcionados, principalmente, para um esporte, privilegiando o futebol, que é a principal atividade oferecida no equipamento, levando em conta a historicidade e biografia da comunidade, requalificando campos de futebol outrora existentes, e reafirmando a tradição de bairros.

O Cuca, por sua vez, pela diversidade dos projetos abraçarem temáticas variadas, que não se limitam apenas ao Esporte e Lazer, mas a atividades culturais e de formação cidadã, os grupos se apresentaram heterogêneos e diversificados, quanto às práticas relativas ao esporte, que foram 23 identificadas, como quanto ao gênero, com percentuais de pessoas do sexo feminino maiores, mas em equilíbrio com o patamar masculino apresentado.

Instrumentos de participação popular

Neste tópico, constam os resultados que versam sobre os mecanismos/instrumentos de recolha participativa (da comunidade) utilizados pelas Areninhas e Cucas para aferição e, possivelmente, elaboração das políticas públicas para os moradores. São apresentados também os mecanismos identificados pela população e utilizados pela gestão para aferir a participação desse público nas decisões político-administrativas dos referidos equipamentos. Os gráficos 7 e 8 reproduzem tal descrição.

Gráfico 7 – Instrumentos de participação popular aferidos pela gestão



Fonte: Dados da pesquisa.



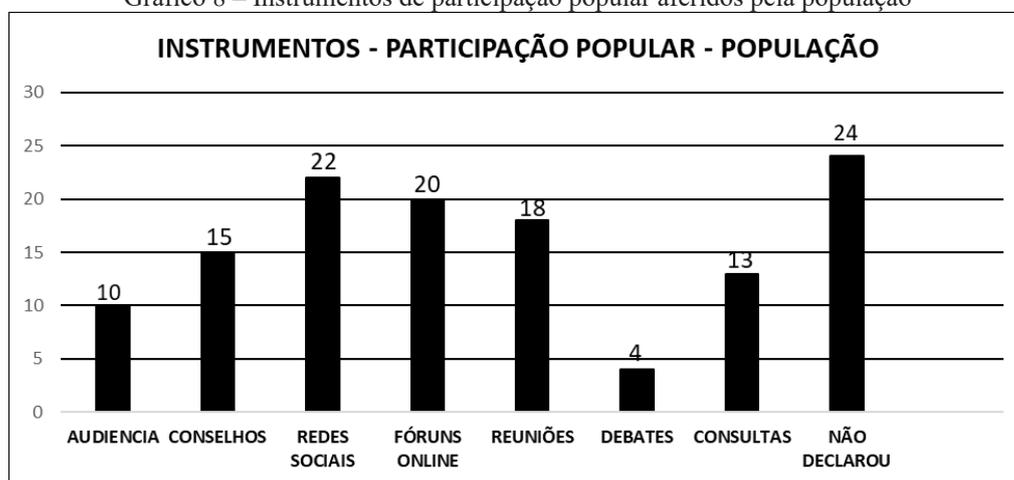
Em pergunta de múltiplas respostas, gestores da Areninha e do Cuca distribuíram suas respostas em cinco elementos de escuta democrática: Audiência; Conselhos; Rede Sociais; Reuniões; e Consultas. Em específico, os quatro gestores das Areninhas indicaram que a participação popular é concretizada por meio dos Conselhos Gestores Comunitários e Audiência Pública. Quatro (n. 4) desses gestores foram unânimes em apontar os Conselhos Comunitários; e apenas um gestor (n. 1) apontou a Audiência Pública como forma de participação da comunidade nas decisões a respeito da política administrativa do equipamento.

Em contrapartida, os gestores da Rede Cuca apresentaram maior distribuição nos apontamentos sobre os elementos de participação popular, destacando, além de Conselhos Comunitários e Audiências Públicas, as Redes Sociais, Reuniões e Consultas.

Relativo aos Conselhos Comunitários, três (n. 3) gestores do Cuca apontaram ser esse um dos elementos participativos da população nas esferas administrativas, seguido pela Audiência Pública (n. 3), Consultas (n. 3), Rede Sociais (n. 3) e Reuniões (n. 4).

Quando a população foi instigada a identificar quais elementos de participação popular eram usados pela gestão para obter sugestões/contribuições da população destinadas às decisões administrativas dos respectivos equipamentos, Areninhas e Cucas, a distribuição encontrada está explicitada no gráfico 8.

Gráfico 8 – Instrumentos de participação popular aferidos pela população



Fonte: Dados da pesquisa.

Em respostas múltiplas, o público participante das Areninhas e dos Cucas distribuíram suas respostas de forma mais heterogênea do que os gestores, apontando mais diversificação dos elementos de participação democrática.

Destaca-se que 24 sujeitos não declararam como se dá a participação popular nos órgãos administrativos dos equipamentos. Não obstante, os demais 76 identificaram em suas respostas sete instrumentos de participação, destacando-se: Audiência; Conselhos; Redes Sociais; Fóruns *On-line*; Reuniões; Debates; e Consultas. Desses relatados, cinco instrumentos assemelham-se às respostas dos gestores; são eles: Audiência; Conselhos; Rede Sociais; Reuniões; e Consultas. Os Fóruns *On-line* e os Debates foram os novos elementos trazidos a esse cenário de *feedbacks*.

Destacam-se as Redes Sociais (n. 22) e os Fóruns *On-line* (n. 20), como novos elementos inovadores da sociedade moderna, que necessitarão de um olhar mais atento da gestão, para conferir-lhes legitimidade, propriedade e competência no manuseio e entrelaçamento entre as políticas administrativas dos equipamentos e as novas tecnologias.

Com a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, o Estatuto da Cidade estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, dentre elas, a integração da participação popular no planejamento, na formulação, e no desenvolvimento de políticas públicas municipais. Em específico, no Capítulo IV, o Art. 43 legitima os instrumentos legais de escuta e representatividade da população (Brasil, 2001) :

Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

- I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;
- II – debates, audiências e consultas públicas;
- III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;
- IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Observam-se, dentre os instrumentos apontados pelo Estatuto da Cidade, alternativas que foram identificadas por gestores e a população usuária dos equipamentos Areninhas e Cucas, como: Órgãos Colegiados/Conselhos; Debates; Fóruns; Audiências e Consultas Públicas.

Para Millon (2010), antes da afirmação da CF/1988, já em 1987, o formato de participação popular, conhecido como Audiência Pública, já era elemento de escuta da comunidade, e caracterizado como importante mecanismo de informação e esclarecimento social.

Moreira Neto (1997, p.14) afirma que a Audiência Pública:

É um processo administrativo de participação aberto a indivíduos e a grupos sociais determinados, visando ao aperfeiçoamento da legitimidade das decisões da Administração Pública, criado por lei, que lhe preceitua a forma e a eficácia vinculatória, pela qual os administrados exercem o direito de expor tendências, preferências e opções que possam conduzir o Poder Público a decisões de maior aceitação consensual.

Podemos inferir a audiência pública como importante instrumento de participação popular à disposição da Administração Pública, conferindo efetividade aos preceitos constitucionais, com celeridade e eficácia ao possibilitar, à comunidade, a participação em debates, de relevante interesse social, em especial, quando da definição de políticas públicas municipais e elaboração de normas orgânicas dos equipamentos por meio das quais faz uso e execução legal.

Para Moreira Neto (1997, p. 20), a participação administrativa, especificamente, apresenta três institutos afins: a coleta de opinião; o debate público; e a audiência pública:

A coleta de opinião é um processo de participação administrativa aberto a grupos sociais determinados, identificados por certos interesses coletivos ou difusos, visando à legitimidade da ação administrativa pertinente a esses interesses, formalmente disciplinado, pelo qual o administrado exerce o direito de manifestar sua opção, orientadora ou vinculativa, com vistas à melhor decisão do Poder Público.

O debate público, por sua vez, é um processo de participação administrativa, aberto a indivíduos e grupos sociais determinados, visando à legitimidade da ação administrativa, formalmente disciplinado, pelo qual o administrado tem o direito de confrontar seus pontos de vista, tendências, opiniões, razões e opções com os de outros administrados e com os do próprio Poder Público, com o objetivo de contribuir para a melhor decisão administrativa.

A audiência pública, já conceituada, acresce às características dos dois institutos anteriores um maior rigor formal de seu procedimento, tendo em vista a produção de uma específica eficácia vinculatória, seja ela absoluta, obrigando a Administração a atuar de acordo com o resultado do processo, seja relativa, obrigando a Administração a motivar suficientemente uma decisão que contrarie aquele resultado.

Estabelecer essas diferenças entre Coleta de Opinião (Fóruns), Debate Público e Audiência Pública (Consultas), é um importante mecanismo de transparência, pois possibilita, ao usuário do equipamento e da política pública em questão, atuar como elemento fomentador de decisões, ajudando no direcionamento político-administrativo municipal.

Para Stigger (2003, p. 117):

O exercício da escuta não se resume a responder as demandas da população local, mas, sim, constitui-se numa política realizada com a participação da população, que se estabelece na democratização do poder decisório.



Segundo a Prefeitura de Fortaleza (2019a), o Conselho Gestor Comunitário é formado por membros da sociedade civil e tem como função auxiliar a Secel a administrar, coletivamente, a área de lazer do equipamento, apresentando propostas positivas, além de analisar as demandas e acompanhar as ações voltadas para a conservação da praça esportiva.

Os documentos legais da Prefeitura de Fortaleza (publicizado no *site*) assim descrevem as atribuições do Conselho Gestor Comunitário, no ano de 2016 (Fortaleza, 2016b):

Adotar medidas e apoiar iniciativas em favor do desenvolvimento da prática do esporte, lazer e atividades físicas, com o objetivo de garantir a saúde e o bem-estar do cidadão, observando o cumprimento dos princípios e normas legais;

Atuar na formulação e no controle da execução das atividades desenvolvidas na Areninha;

Criar, coordenar e supervisionar um calendário estabelecendo horários e a participação nas atividades desenvolvidas pela Administração Pública e por entidades representativas da sociedade civil organizada na Areninha;

Zelar pelo equipamento esportivo em toda a sua estrutura; contribuir para a formulação de política de integração entre o esporte, a saúde, a educação, a defesa social e o turismo, visando a potencializar benefícios sociais gerados pela prática de atividade e esportiva;

Aprovar, em reunião plenária, o Regimento Interno do Conselho Gestor Comunitário.

Para Werle (2010, p. 140-141), como resultado de pesquisa de natureza qualitativa sobre as políticas públicas de Esporte e Lazer em um município do Rio Grande do Sul, ficou evidenciado que, apesar da organização de reuniões internas e da participação popular informal, a decisão final permanece centralizada no gestor. Indicando que, embora os Conselhos Gestores possibilitassem uma aproximação entre a comunidade e a gestão político-administrativa do município, com a distribuição e divisão de tarefas/responsabilidades, principalmente na gestão dos equipamentos desse ente municipal, esses Conselhos Comunitários não permitiam a efetiva participação popular nas decisões da Secretaria. Mesmo com essas contradições, a autora enaltece a participação popular como importante elemento democrático.

A participação popular na gestão pública é necessária para efetivar a democracia e despertar o sentimento de co autoria das ações. Para tanto, considera-se necessário que as instituições públicas tomem a iniciativa de criar mecanismo de participação ativa da população nas decisões, entres estes mecanismos, pode-se considerar a criação de Conselhos Municipais de Esporte e Lazer entre outras alternativas, tomando como ponto de partida ações formativas que visem a valorização da área e da própria participação popular.

Para Stigger (2003, p. 117):

Desenvolver uma política de lazer e esportes nessa perspectiva significa, mais do que oferecer serviços à população, criar condições para a promoção do debate e da reflexão sobre essas mesmas políticas, no sentido de construção de um projeto coletivo, em que as escolhas aconteçam democraticamente, de forma qualificada e consciente.

A pluralidade de interesses, a diversidade de motivações e objetivos da população, na sua relação com o Esporte e Lazer, impõem, ao poder público, nas esferas federal, estaduais e municipais, imputações para a fomentação, o desenvolvimento e a promoção de práticas esportivas e de lazer, assim como a construção de equipamentos, possibilitando, de maneiras formal e informal, o acesso à prática, aos programas e projetos de inclusão social. Nesse contexto, a participação popular torna-se preponderante ao possibilitar uma ação de ir e vir, uma troca

democrática entre informações que se farão de extrema importância entre a gestão e a comunidade, entre os anseios comunitários e as possibilidades político-administrativas.

Dessa forma, duas maneiras de interpretar as políticas públicas constam no cotidiano gestor. A primeira, com características organizacionais conformistas, desenvolvidas para a comunidade, com dependência total do estado gerador dos programas, projetos e ações. A segunda, com característica democrática, sem dependência, mas com simbiose entre os anseios da população e tomada de decisões administrativas, pois o público/sociedade assume a coautoria das suas necessidades, e torna-se geradora de políticas públicas (Stigger, 2003) e da melhoria da qualidade de vida social.

Conclusões e recomendações

Com o presente estudo, objetivou-se verificar a prática da Participação Popular nas políticas públicas de Esporte e Lazer da cidade de Fortaleza, no período de 2018 a 2019 condicionadas a elementos pedagógicos de compreensão administrativa quanto à Participação Popular: Decisões estratégicas dos gestores; locais de construção dos equipamentos esportivos; programas de Esporte e Lazer e instrumentos de Participação Popular.

Como ficou evidenciado, os ambientes investigados, que forneceram informações para o cruzamentos dos dados, foram a Secel e seus respectivos equipamentos, as Areninhas; e a SMJ, antiga Cejuv, com seus respectivos Cucas.

A Prefeitura de Fortaleza, através da Secel e da SMJ, vem desenvolvendo, ao longo dos anos, diversas ações no âmbito da política pública de Esporte e Lazer, desde a implantação de programas sociais que envolvam a população, até a construção de equipamentos, mas constatou-se, com esta pesquisa, que carecemos de mais informações que concretizem uma efetiva participação popular nas decisões das políticas públicas dessas áreas governamentais.

Contudo, é inegável constatar que ambas as Secretarias apontadas oportunizam acesso gratuito à população, com um ambiente seguro de convivência em seus equipamentos, com lazer entre as famílias e formação cidadã (em especial, os Cucas), envolvendo um grupo etário heterogêneo e de diversificados gêneros, que desfrutem do mesmo espaço democraticamente. Contudo, algumas ações/projetos sociais desenvolvidos são organizados para grupos populacionais etariamente delimitados, o que não inviabiliza o acesso ao bem-estar físico, cognitivo e social proporcionados pelo Esporte e Lazer, como é o caso das Areninhas, onde a monocultura do futebol continua a direcionar as atividades sociais do equipamento, da população e dos gestores, mesmo possuindo, no seu entorno, instalações, como academia ao ar livre, parque infantil, quadra esportiva e espaço para caminhadas destinadas aos públicos diversos.

Não se pode fugir da razão de que os equipamentos esportivos são elementos congregadores e organizadores de práticas/modalidades outroramente existentes na região, legitimando-os (Da Costa, 2005); agregando e solidificando tradições e costumes de um povo (Cunha, 2003; 2007). Contudo, esse refletir pedagógico e também etnográfico não impede que projetos outros se relacionem e interajam com modalidades tradicionais. Inovando e transversalizando práticas diversas; possibilitando à comunidade heterogênea vivência corporal; ampliando os repertórios motor, cognitivo, e a solidez afetiva, quanto às experiências com o esporte e o usufruto do seu tempo livre, dando significado ao seu lazer.

Os instrumentos de participação popular, para retroalimentação dos gestores, nas suas decisões relativas aos três pontos investigados (estratégia, equipamentos e programas) apresentaram-se diversos, percorrendo desde Audiências, Debates, Seminários e Consultas Públicas, como também manifestações representativas de Conselhos Consultivos Diretivos/Comunitários, até outras esferas de socialização mais contemporâneas, como a digital, através de Fóruns *On-line*, e pesquisas em redes sociais, como Facebook, *chat* e *whatsApp*.

Apesar do esforço da equipe gerencial investigada, em estabelecer uma aproximação entre a Sece e Cejuv com a população do município de Fortaleza, principalmente no que se refere à



administração e preservação de alguns equipamentos de Esporte e Lazer, como as Areninhas (que possuem Conselho Gestor próprio) e Cucas, percebe-se um equívoco, por parte dos administradores, na interpretação do que é a participação democrática nas decisões dessas pastas municipais, o que justifica a necessidade de ações formativas para valorizar e efetivar a participação popular nas áreas de Esporte e Lazer, em busca de estratégias de descentralização do poder de decisão, com o intuito de potencializar o sucesso das ações e garantir o atendimento da CF/1988, que prevê o acesso ao Esporte e Lazer como um direito social.

Referências

- Almeida, M. A. B. e Gutierrez, G. L. O. (2011). *Lazer no Brasil: de Getúlio Vargas à Globalização*. 14. ed. São Paulo: Phorte Editora.
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 mar. 2023.
- Brasil (2001). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001*: Presidência da República – Casa Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LAIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 9 mar. 2023.
- Bordenave, J. E. D. (1994). *O que é participação*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense.
- Carvalho, A. (org.). (2002). *Políticas públicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Ceará (2022). Governo do Estado do Ceará – Secretaria de Esporte. Disponível em: <https://www.esporte.ce.gov.br/2022/06/24/areninha-de-numero-279-e-inaugurada-pelo-governo-do-ceara-em-horizonte/#:~:text=Esta%20%C3%A9%20a%20279%C2%AA%20inaugurada,Cear%C3%A1%20e%20Prefeitura%20de%20Fortaleza>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- Cuca (2023). *Estatuto consolidado do Instituto de Cultura, Arte, Ciência e Esporte*. Fortaleza.
- Cunha, L. M. (2003). *O espaço, o desporto e o desenvolvimento*. Lisboa: Faculdade de Motricidade Humana.
- Cunha, L. M. (2007). *Os espaços do desporto*. Coimbra: Edições Almedina.
- Da Costa, L. (2005). *Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física e actividades físicas de saúde e lazer no Brasil*. Shape.
- Dyniewicz, A. M. (2009). Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes. In: *Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes*. Difusão.
- Fechine, B.R.A [et al.]. (2020). *Espaços de esporte e lazer na cidade de Fortaleza*, Fortaleza: IFCE.
- Fechine, B.R.A [et al.]. (2022). Equipamentos esportivos e a cidade de Fortaleza/CE: Estratificação funcional das instalações de esporte e lazer, práticas existentes e projetos sociais vinculados às coordenadorias específicas. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*. Vol. 12, e110037, p. 1-26.
- Filho, G. C. C.; Maciel, W. (2020). "Hoje tem festa na favela": notas etnográficas sobre um campo de futebol de subúrbio em Fortaleza. *Ponto Urbe*, Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, n. 27.
- Fortaleza (2013). *Prefeitura municipal de Fortaleza*. 2013. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/unidade-de-saude-da-barrado-ceara-realiza-atendimento-e-acoes-educativas-para-jovens>. Acesso em: 19 mar. 2023.
- Fortaleza (2016a). *Plano Fortaleza 2040 : vida comunitária, acolhimento e bem-estar*. Iplanfor.
- Fortaleza (2016b). *Prefeitura municipal de Fortaleza*. 2016. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-empossa-membros-do-conselho-gestor-da-areninha-campo-do-pici>.
- Fortaleza (2017). *Prefeitura municipal*. 2017. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/areninha-do-campo-do-america-comemora-tresanos-neste-sabado-24-06>. 2017.
- Fortaleza (2019a). *Prefeitura municipal de Fortaleza*. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-divulga-editais-parelelecao-do-conselho-gestor-de-mini-areninhas>.
- Fortaleza (2019b). *Prefeitura municipal de Fortaleza*. Disponível em: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/institucional/tag/conselho%20gestor>.
- Fortaleza (2023). *Prefeitura municipal de Fortaleza*. Secretaria de Esporte e Lazer. Disponível em:

<https://www.fortaleza.ce.gov.br/institucional/a-secretaria-330>.

- Januário, C. (2011). *Políticas públicas desportivas: Estudo centrado nos municípios da Área Metropolitana do Porto*. Porto: Fundação Cefa.
- Kocian, R. C.; Licere, C. L. S. (set. 2016). *Políticas públicas e os equipamentos esportivos de lazer*. Belo Horizonte, v. 19, n. 3.
- Marconi, M. de A.; Lakatos, E. M. (1999). *Técnicas de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas.
- Millon, L. V. (2010). Participação popular nas políticas públicas municipais: eficácia e implementação. *Revista de Direito*, [S. l.], v. 13, n. 17, p. 59-71, 11 ago. Disponível em: revista.pgsskroton.com.br/index.php/rdire/article/download/1896/1801. Acesso em: 9 abr. 2022.
- Moreira Neto, D. G. (1997). Audiências públicas. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 210.
- Nascimento, O. A. dos S. (dez. 2014). *As políticas públicas de lazer e esporte no município de Aruanã – GO*. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- Rodrigues, M. M. A. (2015). *Políticas públicas*. São Paulo: Publifolha.
- Sampieri, R. H.; Callado, C. F.; Lucio, M. D. P. B. (2013). *Metodologia de pesquisa*. Porto Alegre: Penso.
- Santos, A. D. (2005). *Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais*. São Paulo: Editora Petrópolis.
- Sarmiento, J. P. (2009). Quadros da cidadania desportiva em Portugal. In: Bento, J. O.; Constantino, J. M. (eds.). *Desporto e municípios: políticas, práticas e programas*. Lisboa: Visão e Contextos.
- Stigger, M. P. (2003). Políticas públicas em esportes e lazer: considerações sobre o papel do profissional educador. In: Marcellino, N. C. (org). *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*. Campinas: Ed. Papyrus.
- Werle, V. M. (2010). Reflexões sobre a participação nas políticas públicas de esporte e lazer. *Motriz*, Rio Claro, v.16, n.1, p.135-142. Florianópolis, Brasil, jan./mar.
- Torres, S. F. (2001). *O princípio da subsidiaridade no direito público contemporâneo*. Rio de Janeiro: Renovar.

Recebido em: 27 de abril de 2023

Aceite em: 23 de junho de 2023

Endereço para correspondência:

Basílio Rommel Almeida Fechine

bfechine@gmail.com



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0